

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

## **A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da formação para dignidade e autonomia

**Resumo:** A presente pesquisa, objetiva, sob uma ótica ampla da vivência no estágio, dialogar sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, considerando que todos os espaços educativos representam mais do que uma estrutura física a ser reprojeta e legitimada por leis para garantir acessibilidade, inclusão e formação da sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que articula um relato de experiência com princípios teóricos, numa reflexão teórico-prática. Através do estágio foi possível perceber como a preparação constante, o compartilhamento de experiências, práticas pedagógicas, a criatividade, paciência e a afetividade são instrumentos essenciais para a contribuição na formação acadêmica e humanizadora de todos os envolvidos, principalmente, com os alunos público-alvo da Educação Especial. Enfim, a prática e teoria demonstraram que a perspectiva inclusiva é desenvolvida numa ação escolar coletiva, uma vivência que conjuga ensinar e aprender e deve ser construída e sustentada por todos, escola e sociedade, como movimento popular de luta democrática em defesa da formação para dignidade e autonomia.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Dignidade. Autonomia

## **Special Education from an Inclusive Perspective:** In defense of training for dignity and autonomy

**Abstract:** The objective of this research, from a broad perspective of the internship experience, is to discuss Special Education from the perspective of inclusive education, considering that all educational spaces represent more than a physical structure to be redesigned and legitimized by laws to guarantee accessibility, inclusion and formation of society. This is qualitative research that articulates an experience report with theoretical principles, in a theoretical and practical reflection. Through the internship, it was possible to see how constant preparation, sharing experiences, pedagogical practices, creativity, patience and affectivity are essential instruments for contributing to the academic and humanizing training of all those involved, especially with the target audience students. of Special Education. Finally, practice and theory have shown that the inclusive perspective is developed in a collective school action, an experience that combines teaching and learning and must be built and sustained by everyone, school and society, as a popular movement of democratic fight in defense of training for dignity and autonomy.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Dignity. Autonomy.

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

## 1 Educação Especial e Educação Inclusiva

Associar a teoria à prática, seja em quaisquer áreas de atuação, é um trabalho árduo que requer estudo, preparação e sobretudo dedicação. Sabe-se que uma agrega a outra, ao auxiliar na compreensão e fixação do que será ensinado, dialogado, debatido e aprendido, sendo este, um processo em constante construção e desconstrução.

Logo, reconhece-se que a atividade de estágio curricular com foco na Educação Especial sob a perspectiva da educação inclusiva, assim como, os demais estágios, configura-se num ato educativo escolar, podendo ser de caráter obrigatório ou não obrigatório, supervisionado, concebido nos espaços educativos que abrangem os diferentes segmentos escolares, em prol de desenvolver no estagiário, o reconhecimento de que esta é a sua pretensão e/ou campo de escolha profissional, a partir das experiências diárias que vivência, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências iniciais que possivelmente, o constituirá e o tornará apto para a atuação no que pode-se considerar o verdadeiro “chão da escola”.

Nesse âmbito, a Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1997, p.1), fruto da "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade", ocorrida na Espanha, defende que: “as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender as suas necessidades”. E ainda, define a expressão “necessidades educativas especiais” como aquela que se refere:

[...] a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) a Educação Especial é delineada e seu público traçado:

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

**Art. 58.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p.40).

Rumo ao fortalecimento da inclusão a LDB também aponta processos que devem ser assegurados nas escolas com os educandos da Educação Especial, a saber:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p.41).

A educação encontra-se novamente diante diálogos que atravessam teoria e prática, ao assumir uma Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) a área firma princípios democráticos em defesa da formação para a autonomia e dignidade humana, contudo Casagrande e Mainardes apontam que:

Diante da realidade econômica, política, sociocultural e educacional brasileira, indubitavelmente, o investimento no campo da Educação Especial (pesquisa, formação de professores, Pós-Graduação) é muito aquém do necessário. Alterar esse quadro de concentração e pouca valorização é complexo, pois a luta pela Educação Especial deve ocorrer paralelamente à luta pela educação pública, gratuita e socialmente referenciada em todas as áreas (CASAGRANDE, MAINARDES, 2021, p. 132).

O Brasil caminha rumo à inclusão nas escolas. Todavia, o cenário ainda não é favorável, o que faz da importância em compartilhar vivências exitosas extremamente necessária. Assim, a presente pesquisa, objetiva, sob uma ótica ampla da vivência no estágio, repensar e dialogar sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva,

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

considerando que todos os espaços educativos representam mais do que uma estrutura física a ser reprojeta e legitimada por leis para garantir acessibilidade, inclusão e formação da sociedade.

Compreende-se que a educação inclusiva como perspectiva macro abrangem todas as modalidades na escola, por exemplo, educação de jovens e adultos, dos povos indígenas, quilombolas etc. Logo, a inclusão não deve ser concebida como ferramenta exclusiva da Educação Especial, pois se apresenta dentre os movimentos de luta popular, na democracia e conquista de direitos. Ao sustentar a perspectiva inclusiva na educação há de se entender que:

Não paramos de reivindicar e propor direitos ainda não conquistados; não paramos de lutar pelos já conquistados na letra da lei. Precisamos continuar a discussão para a transformação, não apenas em relação aos conceitos de cada um dos indivíduos ou mesmo de grupos – ainda que sem isso nada se avance –, mas também para a geração de propostas efetivas, reflexões, estudos e currículos transformadores e revolucionários; o que não acontecerá sem a consciência de que a educação é um bem inalienável e sem a consciência de que nós é que construímos e reconstruímos a vida material e, portanto, a materialidade das práticas sociais, entre elas, as práticas pedagógicas e a educação que ensine a todos (PADILHA, 2015, p. 318).

Nesse contexto é preciso compor coletivamente ações, na escola, através de um trabalho em conjunto que se dedique a confrontar a exclusão; sempre presente e atravessada pelas desigualdades sociais. Inclusão é inevitavelmente a luta por representatividade nas decisões, participação e responsabilização, ou seja, é um princípio da educação para todos, não apenas um objetivo dedicado de um ou outro professor, mas sim uma ação de transformação social, visto formação e desenvolvimento humano.

## 2 Formação em defesa da dignidade humana

A inclusão assume caráter fundamental, compondo-se de diálogos abertos com toda a sociedade representada pela comunidade educativa (pais e/ou responsáveis, alunos, professores, gestores, colaboradores das áreas diversas), governantes e representantes de movimentos sociais, que precisam estar em constante movimento em defesa pela luta e

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

garantia de equidade, que referindo-se ao direito, ao acesso, a igualdade de condições, respeito, reconhecimento, aceitação e permanência desses estudantes. Quanto à presença desses alunos, Guimarães, Borges e Van Petten expressam em sua pesquisa ser:

[...] um marco da política vigente no período, a PNEEPEI de 2008, que determina a escola regular como espaço privilegiado para a inclusão de todas as diferenças. No entanto, não basta somente que o estudante com deficiência esteja na escola. Os dados apontam que é preciso disponibilizar recursos que garantam a qualidade do ensino e os avanços na aprendizagem, sendo os suportes e os recursos inclusivos, como as adaptações de espaços, atividades e atitudes, assim como o AEE e o Plano de Desenvolvimento Individual ou Planejamento de Ensino Individualizado (PEI), ferramentas que esses alunos precisam para a redução das barreiras ao seu processo de desenvolvimento escolar (GUIMARÃES, BORGES, VAN PETTEN, 2021, p. 948).

Na busca pela consonância entre Família e Escola, desde a estrutura física, os recursos técnico-pedagógicos e recursos humanos, para atender com assiduidade e efetividade, os anseios, sonhos, necessidades e especificidades dos estudantes público alvo da Educação Especial, respeitando-os sempre em sua completude, é fundamental que este trabalho ocorra de maneira a comprometer-se fielmente, com todo o processo de formação acadêmica, mas primordialmente, com a formação humana e social de todos os envolvidos.

À vista disso, acredita-se que o estágio oportuniza os futuros profissionais da educação, a sensibilizarem-se diante das falhas e injustiças, principalmente com os estudantes deste público em específico, visto que, o ato de ensinar, aprender e reaprender para reensinar, está no prazer em promover ensino e aprendizagens diversificadas de sentidos e significados, que assegurarão o respeito às habilidades, potencialidades, fragilidades e possíveis limitações dos sujeitos envolvidos, respeitando e valorizando suas trajetórias de vida em suma essência.

Como defende o educador da USP (Universidade de São Paulo), Luis Carlos de Menezes (2019, p.114), “não por acaso, que a palavra professor se constitui da mesma raiz da palavra professar”, ou seja, que exprime o compromisso que vai além de lecionar sobre as ciências, deve dialogar com as múltiplas responsabilidades que contribuem para formação humana, baseada numa vida com respeito e dignidade. Padilha (2015, p. 316) expressa que “a

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

inclusão das crianças nas ruas é causa e consequência da inclusão da violência em suas vidas e consequente exclusão da escola e da dignidade”.

Sob este propósito, que o estágio realizado numa turma do segmento da Educação Infantil, durante o período letivo de março de 2022, até a data presente, numa escola da rede privada de Colatina, tem-se apresentado intrigante, superando às perspectivas dos envolvidos. Tal fato, deve-se ao inteiro comprometimento educacional da professora regente de classe, com os seus vinte e um alunos, dentre eles, dois laudados como público-alvo da Educação Especial. Compreende-se aqui que:

A implementação de práticas educativas inclusivas baseadas em evidências é especialmente importante na Educação Infantil, pois, nesse estágio, a criança precisa ter oportunidade de desenvolver habilidades pré-acadêmicas fundamentais para o sucesso na escolarização posterior (CARVALHO, SCHMIDT, 2021, p. 709)

Nessa relação, percebeu-se que a professora regente em contínua parceria com as estudantes estagiárias provindas do IFES-Campus Itapina, realizam um trabalho de análise, estudo, pesquisa e acompanhamento mais atencioso e paciente destes dois alunos, em prol do acolhimento de suas diferenças, boa receptividade com as mudanças de humor e comportamento, respostas ao desafio de contribuir com a educação de todos, independentemente, de suas condições física, psicoemocionais, comportamentais, financeiras, étnicas e religiosas. Como destacam Vieira e Omote:

O docente é o principal responsável pela mediação e pelo manejo das relações interpessoais na sala de aula. O planejamento e a execução das atividades diárias no cotidiano escolar podem tornar-se oportunidades de vivências mais ou menos inclusivas, que englobam desde adequações individualizadas de materiais e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de cada aluno, para que todos possam aprender, participar das atividades a seu modo e demonstrar suas habilidades, até a mediação direta das interações entre os estudantes (VIEIRA, OMOTE, 2021, p.754).

Faz-se essencial destacar, que nesta instituição de ensino, não há a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e não foi informado se há profissionais habilitados como professores de Educação Especial disponíveis para articulação do planejamento escolar

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

e formações continuadas. Logo, a professora regente, após experiências anteriores, busca aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, fazendo cursos, participando de formações continuadas e palestras.

Dessa maneira, coloca-se à disposição para compartilhar suas aprendizagens e trabalhar em parceria com as estagiárias na atuação das estratégias de ensino e na construção dos planos de aula adaptados, específicos para cada um dos alunos com TEA-Transtorno do Espectro Autista, que apesar de apresentarem o mesmo transtorno são sujeitos diferentes, que vivenciam experiências de vida e compreensão da realidade sob óticas distintas.

A colaboração garante aulas mais dinâmicas e significativas, atendendo com o auxílio das placas de identificação a rotina escolar (Acolhida, Musicalização, Agenda do Dia, Hora da Novidade, Contação de História, Recreio, Aplicação/Correção da Atividade, Momento Relaxante, Explicação da Tarefa de Casa e Saída), prática indispensável para que eles mantenham-se mais atentos e concentrados, sentindo-se seguros, confiantes e confortáveis, visto que, eles compreendem que há demandas de propostas de atividades e brincadeiras para fazerem em cada tempo/espço da escola.

É oportuno salientar que os conteúdos e as atividades propostas, não estão desconexos com a temática e atividades abordadas para os outros alunos, como já foram visualizados em outros estágios. Bem como, os estudantes não ficam afastados da turma no final da sala, como se não existissem. Ao contrário, são estimulados a participarem de todas as propostas de atividades, brincadeiras, jogos e canções, manifestando seus pensamentos, ideias, posicionamentos, sejam por meio da oralidade, dos desenhos, expressões corporais e/ou da tentativa de leitura e escrita, sempre respeitando o tempo e processo de entendimento das propostas.

### **3 Formação para autonomia**

Compreende-se que a socialização escolar é uma prática imprescindível para o desenvolvimento integral dos alunos, uma vez que, a escola torna-se esse espaço inicial de

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

maior contato entre pessoas de diferentes lugares e características. É notório, que inicialmente, foi desafiador auxiliar um dos alunos vinculados à Educação Especial, no que refere-se a comunicação e interação social, aos interesses restritos e fixos, (caracterizados no TEA), bem como, o empenho reduzido para a realização das atividades, a inflexibilidade comportamental, dos quais o impedia de socializar, conhecer, experimentar e vivenciar diferentes situações do cotidiano escolar com a turma e também de maneira individual, dado que, o mesmo não apresentava déficit na comunicação verbal e não verbal e nem mesmo déficit intelectual.

O aluno manifestava-se por meio de comportamentos resistentes, caracterizados por posturas de maus hábitos,, isto é, tinha dificuldade de cumprir as regras escolares e não acolhia com paciência os “Nãos” que recebia. Nitidamente, gostava de expressar o seu, querer, em momentos e espaços que não eram apropriados, demonstrando uma certa rejeição às propostas de organização que lhe eram feitas.

Após diversos diálogos com a família, que está no processo de aceitação do diagnóstico, percebe-se que a parceria Família e Escola, tem contribuído para melhor conhecimento do aluno, seus gostos, costumes, hábitos, bem como, nos avanços contínuos deste aluno, que está superando as barreiras da comunicação e interação. Aceitando com mais cordialidade e empatia os gestos afetivos expressos pelos colegas de classe. É um trabalho gradual e em parceria com todos os agentes da escola, incentivados pela professora e estagiária que o acompanha, resultando assim, na melhoria da sua socialização, na maneira como os colegas o acolhem e no desenvolvimento de seu desempenho escolar e socioemocional.

Hoje, este aluno demonstra com segurança, seus sentimentos e emoções por meio das palavras e dos gestos de gentileza, todo o carinho e respeito que sente pelas pessoas. Sua irritabilidade e impaciência minimizaram, visto que, a professora regente e a estagiária persistem na mediação constante, regido com paciência e dedicação, no trabalho de ensiná-lo a expressar-se por meio do diálogo, ao invés de despertar em si, o descontrole emocional, com alterações de humor, seguido de desequilíbrio comportamental que suscitava em reações

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

impulsivas, desencadeando atitudes que vão em desencontro com uma convivência escolar harmoniosa.

Com os perceptíveis avanços, notou-se que o estudante participava mais ativamente, com alegria e satisfação nas atividades individuais e coletivas. Motiva-se e se surpreende com os materiais concretos que apresentam e o mais significativo, reconhece a sua importância no espaço escolar.

Todo esse processo foi registrado no Caderno de Acompanhamento Individual pela estagiária sob mediação da professora. É satisfatório vê-lo brincar e estudar feliz com tudo o que lhe é proposto. O aluno passou a praticar a “Técnica da Calma”, ensinada e motivada pela estagiária, que realizou um curso sobre o “Despertar da Inteligência Emocional na Educação Infantil” além de pesquisas e estudos sobre a prática do “Mindfulness”, técnica que auxilia na autorregulação das emoções, a partir, de exercícios práticos de meditação que tem o intuito de levar as pessoas a atenção plena, tomando consciência dos sentimentos que sente no agora, formações que auxiliaram no desenvolvimento profissional e pessoal dentro do estágio.

Cabe ressaltar que ao ensinar o aluno uma dessas práticas reestruturada sobre meditação, ele foi apresentando muitos avanços, ou seja, quando ele percebia que suas emoções estavam despertando uma alteração de humor/comportamento que podia deixá-lo inseguro, ansioso e/ou irritado, ele apoiava as mãos sobre o tórax, significando que está disposto a sentir e entender o que seu “coração quer falar”, depois para e respira, e por alguns instantes, coloca-se a refletir sobre suas emoções, buscando soluções para os possíveis desafios internos e externos. Logo após, compartilha com a estagiária que sempre está acompanhando seu desenvolvimento.

É visível a segurança do aluno em saber que possui o apoio da estagiária, embora também tenha sido ensinado que haverá momentos em que ela não estará presente, mas que é preciso que ele mantenha-se calmo para entender-se e continuar compreendendo suas emoções, pensamentos e atitudes. É notório sua automotivação e autonomia, tornando-se protagonista de seu próprio processo educacional e social.

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

Compreende-se que tal autonomia foi conquistada por um processo planejado, por mediação pedagógica, que na perspectiva freiriana colabora para o amadurecimento propositivo da participação do sujeito nas esferas políticas e sociais, trata-se de assumir a Educação como ferramenta de sustentação, ampliação e concretização da cidadania.

O que é preciso, fundamentalmente mesmo, é que o filho assuma eticamente, responsabilmente, sua decisão, fundante de sua autonomia. Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas, por que, por exemplo, não desafiar o filho, ainda criança, no sentido de participar da escolha da melhor hora para fazer seus deveres escolares? Por que o melhor tempo para esta tarefa é sempre o dos pais? Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 2016, p. 105).

Ensinar e aprender a ser autor da própria história, exige autonomia, aquela que concebe uma educação problematizadora e crítica, processual e mediada, para que cada um aprenda a decidir, por um percurso de amadurecimento que transforme a sociedade, logo cabe também a escola proporcionar tais perspectivas, as quais não se afastam da inclusão.

#### 4 Considerações

Traçar um diálogo sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva por intermédio de vivências no acompanhamento de alunos público-alvo é conceber na ação do estagiário princípios formadores para mediação, planejamento, dedicação e esforço.

Diante do exposto, afirmam-se que neste estágio é perceptível como a preparação constante, o compartilhamento de experiências e práticas pedagógicas, a criatividade,

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

paciência e a afetividade são um dos instrumentos essenciais para a contribuição na formação acadêmica e humanizadora de todos os envolvidos, principalmente, os alunos público-alvo da Educação Especial.

Enfim, a prática e teoria demonstraram que a perspectiva inclusiva é desenvolvida numa ação escolar coletiva, uma vivência que conjuga ensinar e aprender e deve ser construída e sustentada por todos, escola e sociedade, como movimento popular de luta. Cabe pensar que:

Enquanto acreditarmos ingenuamente que é suficiente que alguns indivíduos, grupos ou comunidades – que se colocam como possuidores de poder e decisão – assumam o discurso de que a escola é para todos ou que os deficientes são legalmente respeitados em suas peculiares necessidades, e, ainda, que as diferentes etnias e orientações sexuais têm os mesmos direitos e que, para tanto, o Estado tem proposto resoluções e promulgado leis que os garantam, enquanto assim acreditarmos, não poderemos caminhar muito bem em direção a uma efetiva conquista do que vem sendo chamado de sistema democrático ou sociedade inclusiva e, conseqüentemente, escola inclusiva (PADILHA, 2015, p. 327-328).

Como aconselha Vigostski (2011, p.60), é preciso: “propor uma nova fórmula, a de que o "bom aprendizado" é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento”, ou seja, todos os esforços diários, são pensados e repensados para serem aplicados superando os paradigmas educacionais, aliados a parcerias e a vontade de mudança do pensar e fazer pedagógico.

Estes estão a passos luz, adiante de representar educações que não reproduzem atos de exclusão, mas sim propagam atos de amor pela profissão, resistência, luta, compromisso e responsabilidade com a relação do ser (indivíduo) com o saber (conhecimento prévio/social e técnico/científico), em prol da garantia de equidade, dos direitos educacionais e da autonomia e dignidade para todos.

## Referências

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997. Disponível em: <http://ficms.com.br/web/biblioteca/Declaracao%20de%20Salamanca.pdf>. Acesso em: 16 set.

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia**  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

2022.

BRASIL. Portaria nº 948 de 8 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, MEC/ SEED, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

CARVALHO, A. G. C.; SCHMIDT, A. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0231, p.707-724, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/TSxBRBNCnfKJnHLfMSwpYVP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

CASAGRANDE, R. de C.; MAINARDES, J. O campo acadêmico da educação especial no Brasil. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0132, p.119-138, Jan.-Dez., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dm8FKTPRGwCWYCngQKntgjN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; VAN PETTEN, A. M. V. N. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0059, p.935-952, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/WFpCcPQN95YxfqRjPW49sVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

MENEZES, L. C. de. **O ato de ensinar e a condição humana**. Revista Nova Escola, São Paulo, v. 223, Ano XXIV, p.114. Junho/Julho 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/606/o-ato-de-ensinar-e-a-condicao-humana>. Acesso em: 16 set. 2022.

67

PADILHA, A. M. L. Educação inclusiva: já se falou muito sobre ela?. **Educação Em Foco**, 313–332, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19686/10586>. Acesso em: 18 set. 2022.

VIEIRA, C.M.; OMOTE, S. Atitudes sociais de professores em relação a inclusão: formação e mudança. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0254, p.743-758, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFZmbYyQZGqzTqBhsDL6NBq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Disponível em:

**A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:** Em defesa da Formação para Dignidade e Autonomia  
*Gabrielly de Oliveira Santos, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves*

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod\\_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.